



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 0381 / 16

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Processo nº - 0000861/16

Relator: Deputado *Edval Garcia*

Chega-nos para relatar, de origem do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, o Projeto de Lei nº 244/16, que “ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL DAS VARAS CÍVEIS DAS COMARCAS DE PENEDO, SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, UNIÃO DOS PALMARES, PALMEIRA DOS ÍNDIOS, RIO LARGO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

A matéria decorre da necessidade de em termos quantitativos e qualitativos reequilibrar a distribuição dos feitos cíveis nas citadas Comarcas do interior do Estado de Alagoas.

Convém destacar que o projeto, conforme afirma o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, é fruto de estudo realizado pelo Poder Judiciário de Alagoas, que após detalhada avaliação estatística das classes processuais e debate por magistrados acerca de critérios qualitativos, com vistas ao reequilíbrio de distribuição processual, otimização do atendimento e celeridade nos julgamentos dos feitos levados ao descortino dos juízos abarcados por essa medida chegou-se a conclusão da necessidade desta redefinição.

Examinando a proposição no âmbito da competência regimental desta Comissão, observamos que atende aos princípios constitucionais, logo, somos de parecer favorável á sua aprovação.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, de de 2016.

[Assinatura] PRESIDENTE

[Assinatura] RELATOR

[Assinatura]